

## POLÍTICAS PÚBLICAS E TECNOLOGIAS SOCIAIS – TS: UMA ANÁLISE NAS AGENDAS POLÍTICA, CIENTÍFICA E SOCIAL NO BRASIL.

**Edja Betania da Rocha Ferreira<sup>1</sup>**  
[edja\\_bet@hotmail.com](mailto:edja_bet@hotmail.com)

**Eliane Souza de Freitas<sup>2</sup>**  
[freitaseliane28@yahoo.com.br](mailto:freitaseliane28@yahoo.com.br)

### RESUMO

As agendas políticas nos últimos tempos vêm sendo uma importante área de pesquisa, suas análises contribuem para a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. O objetivo desse artigo é através do modelo de coalisões de defesa, analisar como as Tecnologias Sociais - TS vem conseguindo espaços na agenda: científica, política e social em território brasileiro. Para elaboração, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema em questão, em que utilizou-se do banco de dados da *Scientific Electronic Library Online – Scielo*, bem como do Google Acadêmico por serem fontes de informações gratuitas e de fácil acesso. A partir dos estudos, os resultados demonstram que os atores se posicionam ao longo do tempo a favor de seus interesses, traduzindo-os para normativas, assegurando assim o desdobramento do protagonismo da formação das agendas política, científica e social no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas - Tecnologias Sociais - Coalisões de Defesa.

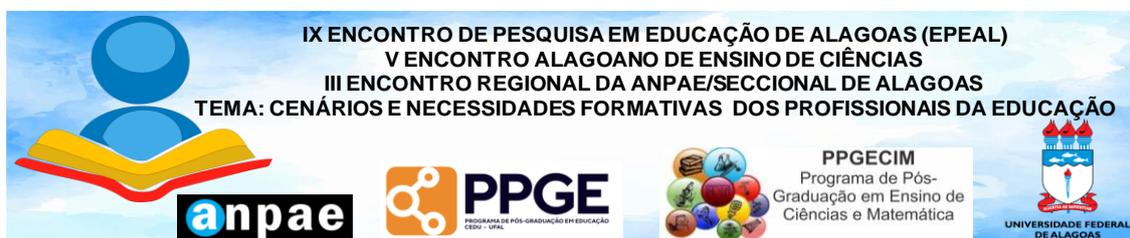
### ABSTRACT:

Policy agendas have recently been an important area of research, their analysis contributing to the formulation, implementation and evaluation of public policies. The objective of this article is through the model of defense coalitions, to analyze how Social Technologies - TS has been gaining space in the agenda: scientific, political and social in Brazilian territory. For elaboration, a bibliographic survey was carried out on the subject in question, which used the database of the Scientific Electronic Library Online - Scielo, as well as the Google Scholar for being sources of free information and easy to access. From the studies, the results show that the actors are positioned over time in favor of their interests, translating them to normative, thus ensuring the unfolding of the protagonism of the formation of political, scientific and social agendas in Brazil.

**Keywords:** Public Policies, Social Technologies, Defense Coalitions.

<sup>1</sup>Mestranda em Políticas Sociais pela UNIT. [edja\\_bet@hotmail.com](mailto:edja_bet@hotmail.com)

<sup>2</sup>Pós graduanda em Linguagens Sociais pelo IFAL. [freitaseliane28@yahoo.com.br](mailto:freitaseliane28@yahoo.com.br)



## 1 INTRODUÇÃO

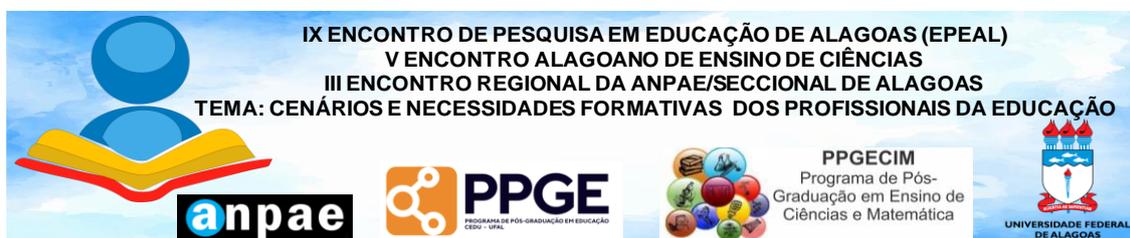
As políticas públicas são definidas na área da ciência multidisciplinar, portanto, analisadas segundo processos de ação e decisão. Sejam local, regional, Nacional e transnacional, envolvendo diversos atores: governos, legisladores, eleitores, administração pública/privada e organismos transnacionais, que agem em quadros institucionais, em contextos geográficos e políticos específicos, visando a resolução de problemas públicos mais também a distribuição de poder e recursos

O modelo teórico proposto por Sabatier Modelo de coalizão de defesa (MDC), destacam-se a inserção de crenças, valores e o papel da aprendizagem política como importantes conceitos no processo de construção e políticas públicas (VICENTE e CALMON, 2015 *apud* SABATIER e JENKIS-SMITH,1993).

Neste prisma constata-se que o Brasil vem apresentado índices de progresso científico e tecnológico, criando novos bens e serviços, porém parte destes, prejudicam o meio ambiente e potencializa a desigualdade social, favorecendo a economia voltada ao capital que tem em seu centro os ideais neoliberais. A superação desses paradigmas encontra-se em movimentos manifestos através de atores, que compartilham crenças formando coalizões em defesa à inserção do tema Tecnologias Sociais –TS nas agendas científica, política e social.

Para uma administração democrática de governo, a participação de uma diversidade de atores nos processos de tomada de decisão se faz fundamental na política científica e tecnológica (Bora, 2010). No entanto, é indispensável que o cidadão possua conhecimentos sobre ciência, tecnologia e seus principais resultados, dando-lhe condições de atuar politicamente.

Os interesses que esses atores têm em comum formam uma relação de força, especificamente para espaços nas agendas. As tecnologias sociais ressurgem com apoio de agencias das Nações Unidas de Governos e de parte da sociedade civil, trazendo conceito de produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis desenvolvidas na interação com a comunidade representando efetivas soluções de transformação social.



Esse artigo tem o objetivo, através do modelo de coalizões de defesa, analisar como as Tecnologias Sociais - TS vem conseguindo espaço nas agendas, científica, política e social em território brasileiro. Inicialmente serão apresentados fundamentos que norteiam as políticas públicas em perspectiva às tecnologias sociais, com base numa revisão de literatura. Depois uma análise conforme o modelo de coalizões de defesa dos espaços obtidos na agenda brasileira para as tecnologias sociais - TS a partir de estudos em bancos de dados de organizações, fundações e observatório. Como resultado, espera-se identificar as relações de força e poder em coalizões de defesas que se tornaram possíveis a garantia do tema em estudo na agenda.

## 2 DESENVOLVIMENTO

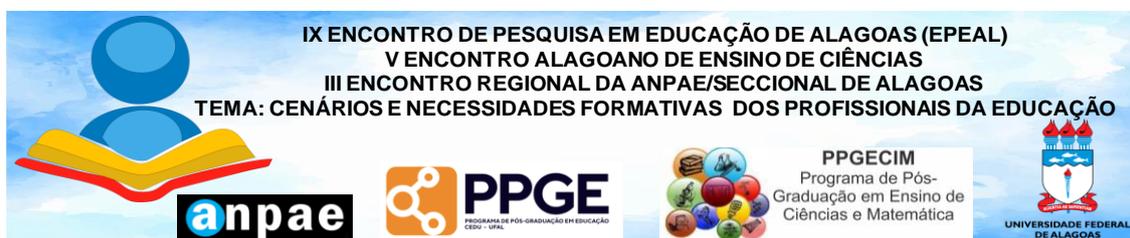
### 2.1 Políticas públicas e o ressurgimento das tecnologias sociais no território brasileiro

As tecnologias sociais estão em todos os lugares, são simples podendo passar despercebidas, podemos citar, por exemplo, o soro caseiro, de qualquer forma estão em todas as áreas, chegando aos lugares, mas com pouca visibilidade, apenas como experiências isoladas, embora apresentando soluções satisfatórias. Podemos observar que as TS levam em consideração a dimensão local e que geralmente são famílias, cooperativas, associações. Sob essa ótica, muitas vezes levam desvantagens se formos pensar em um projeto a nível nacional.

Para tanto, são vistas como boas práticas, mas muitas vezes deixam de serem vistas nas políticas públicas. Os procedimentos e métodos das TS são pressupostos possíveis de mobilização de rede de pessoas, portanto, requer inovação e criatividade para serem reaplicadas em grande escala.

Segundo afirma (BAGATTOLLI, 2008):

Agenda de uma política é o conjunto de problemas, de demandas, assuntos que as pessoas que governam podem selecionar e classificar como objetos sobre os quais decidem se vão atuar, sob esse aspecto observa-se as relações de poder, pois supõe que haja uma diminuição da soma de pesos das demais



agendas, dessa forma há uma organização condicionada (BAGATOLLI, 2008, p. 85).

Deste modo, as coalisões concorrentes de grande força concentram-se em atores governamentais e privados responsáveis por tomar decisões, as quais podem incluir ou não nas agendas governamentais definindo também sobre alocações de recursos. Caso não haja interesse, envolvimento e defesa, no caso da inserção nas agendas, as tecnologias sociais terão problemas, podem até serem boas, mas serão apenas práticas isoladas, ficando dessa forma fora da lista de prioridades do governo, tanto a nível federal, estadual e municipal.

## 2.2 Coalizões de defesa e a formação da agenda, um espaço para as tecnologias sociais.

A análise de políticas públicas é algo complexo que lançam olhares para diversos pontos que merecem ser estudados. Há diversos modelos de análise, no entanto, para formação da agenda e da Política Nacional para as tecnologias sociais, se escolheu o modelo de coalisões de defesa. Conforme ressalta VICENTE e CALMON, (2015, p.3 *apud* SABATIER e JENKINS-SMITH, 1999):

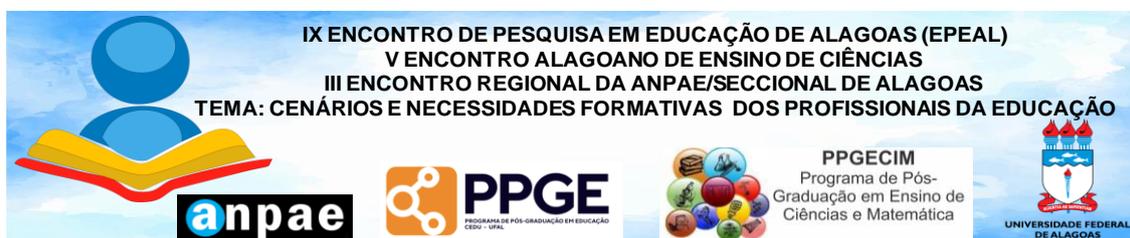
Um subsistema de políticas públicas como um conjunto de atores individuais ou coletivos de uma variedade de organizações públicas, privadas e da sociedade civil (ONGs), num determinado escopo geográfico, que está ativamente preocupado com determinada questão de política pública e que regularmente tenta influenciar as decisões naquele domínio.

Seguindo o mesmo entendimento, VICENTE E CALMON, (2015, p. 3 *apud* WEIBLER, 2003, p. 462) afirma que: “na maioria dos subsistemas haverá uma coalisão dominante que é mais bem sucedida em traduzir suas metas e ações governamentais e duas ou três outras subordinadas a ela”.

**Quadro 1-** Estrutura do sistema crenças do subsistema - espaços obtidos na agenda para as tecnologias sociais / fontes de dados

Núcleo Profundo	Núcleo político-Aspectos Centrais	Aspectos Secundários
Normas fundamentais e axiomas ontológico Susceptibilidade à mudança: muito Difícil	Susceptibilidade à mudança: difícil, mas é possível ocorrer se as experiências revelarem sérias anomalias.	Susceptibilidade à mudança: moderadamente fácil. Este é o tópico mais administrativo e de formulação política.

Fonte: Sabatier e Jenkins-Smith (1993; 1999) e Sabatier (1998) adaptado por Gurgel (2007) *apud* Cavalcanti e Soares Sobrinho, (2017).



### 3.1 O papel dos atores na formação da agenda e a formulação da Política Nacional para as Tecnologias Sociais

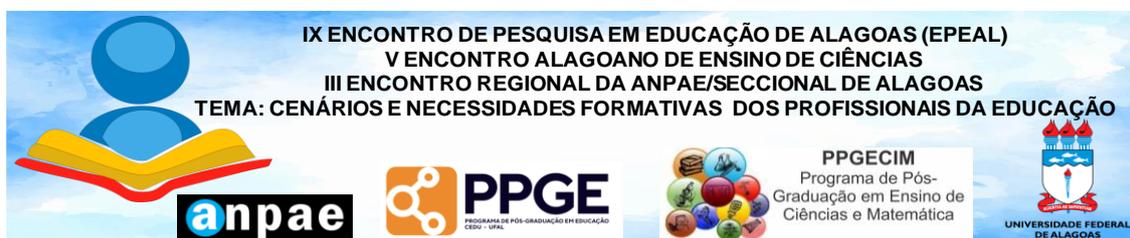
As deficiências identificadas referentes aos avanços tecnológicos no país impulsionaram as metas de desenvolvimento na área de Ciências e Tecnologia. O Congresso Nacional formada por senadores, Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) intitulada “Causas e Dimensões do Atraso Tecnológico” apresentaram em relatório, de acordo com a Constituição Federal de 1988, a necessidade de uma Política estratégica para a superação do atraso tecnológico.

Foi considerada neste documento a realidade nacional, os problemas brasileiros, à exclusão e a vida em condições indignas. Recomendava-se ao congresso Nacional e ao Poder Executivo a necessidade do envolvimento da sociedade no debate sobre os rumos do acesso à tecnologia. Solicitado pelo Ministro da Ciência e Tecnologia do período, a sociedade civil ganha espaço nas discussões, como também as organizações não governamentais que se colocavam preocupadas com a produção do conhecimento.

Neste sentido, a I conferência Nacional de Tecnologia objetivou a formação de parcerias para elaboração de propostas, que incorporassem na agenda brasileira contribuições para o desenvolvimento social, político, econômico e cultural do país.

A formação da agenda científica, política e social, de formulação da Política Pública para a Tecnologia Social tiveram desde do princípio contribuições de discussões de parlamentares, representação de governo e comunidade científica, logo foi agregado para ampliação do debate a sociedade civil, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), organização não-governamental e financiadoras de estudos e projetos.

Houve um destaque na participação dos parlamentares e representações de governo nos relatórios iniciais e na fomentação de normativas para o tema Tecnologia Social. Soma-se a participação da sociedade civil nas conferencias e mesas de debates, elaborando propostas em conjunto para um plano decenal contemplando o papel do terceiro setor na construção e desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação.



Já os grupos de trabalhos (GTs) instituídos pela portaria nº 602/2003 nas fases de formação da agenda conseguiram de forma expressiva espaços, garantindo apoio e legitimidade social das atividades científicas e tecnológicas de atendimento às necessidades básicas da população. A participação das ONGs se diferenciava das outras organizações, buscava identificar o problema e a resolução deles para atender a sociedade.

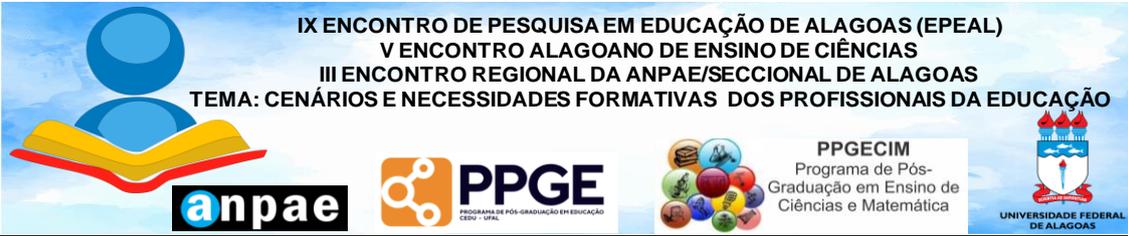
### 2.3 Coalizões e sistemas de crenças

O sistema de crença traz valores que incorporam a sistematização das ações a serem implementadas no contexto de coalizão de defesa. Sobre este aspecto, Vicente (2015, p.23 *apud* Sabatier e JenKins-Smith, 1993) evidencia o seguinte:

[...] as políticas públicas são conceituadas como sistemas de crenças (*beliefs systems*). Políticas públicas incorporam teorias sobre como atingir determinados objetivos, portanto, envolve valores, problemas que devem receber as mais altas prioridades, relações causais e percepções da magnitude dos problemas e da eficácia dos instrumentos.

#### Quadro 2 – Coalizões de defesa e as crenças no subsistema da Política brasileira para as Tecnologias Sociais

Nome da Coalizão	Coalizão A - Apropriação da tecnologia Social- Inovação social/ Marco regulatório e gestão de projeto (Como o sujeito social se converte em pesquisador)	Coalizão B –Apropriação da tecnologia Social –Inovação empresarial ou Inovação Incremental Marco regulatório e gestão de projeto (como estas inovações adquirem escala)
Atores	Sujeitos sociais – mediadores /	Sujeitos - gerenciais
Núcleo Profundo- Deep core	-Proposições e plataformas projetivas de arranjos entre conhecimentos e saberes para agenda brasileira do movimento pela tecnologia social	- Gestão gerencial vertical, promovendo o aumento burocrático e sistema de avaliações de resultados
Núcleo Político – Aspectos Centrais	-PL para regulamentar a proposta de tecnologias sociais como conjunto de atividades ao planejamento da pesquisa, desenvolvimento, criação, aplicação, adaptação, difusão e avaliação; - Fomento de banco de Tecnologia social; - Fomento para reaplicação da tecnologia social; -Promoção da erradicação da pobreza e preservação ambiental -Formatação de redes apoiadoras; - Defender os direitos sócias; -Democratização do Marco regulatório para tecnologia social	-Manutenção das atividades de pesquisa; -divisão das formas de gestão das tecnologias sociais, -fortalecimento de parcerias para pesquisa científica; - Fomento de regime interdisciplinar, utilitarista, Regulatório e de mobilidade das Redes Sociotécnicas
Aspectos Secundário	Investimento financeiro em programas e	-Aparato institucional



	pesquisas na área das tecnologias sócias , buscando reduzir as desigualdades sociais.	financeiro e econômico construído em torno da prática inovativa; -Financiamento por compensação de bolsas
--	---	--

Fonte: elaboração das autoras.

Assim, o que se posicionou na base das políticas nacionais para que as tecnologias sociais fossem avançando nas agendas, refere-se ao entendimento de que a Ciência e a Tecnologia devem ser reconhecidas e amplamente requeridas pela sociedade brasileira, a fim de reproduzir um novo patamar de desenvolvimento, oportunizando a inclusão de todos os brasileiros no acesso e na produção do conhecimento. Porém, a divergência desses agentes sociais e gestores da economia solidária são preconizados pelas formas de gestão onde se caracteriza as diferenças entre o tratamento da inovação social e inovação empresarial.

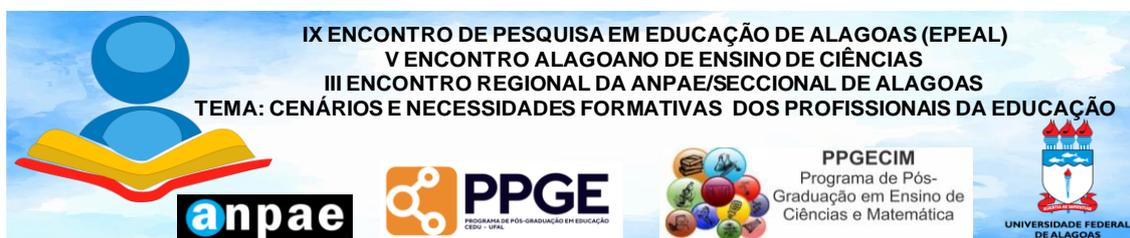
A coalisão A confirmou um choque interno, no tocante ao reconhecimento dos resultados empíricos, uma vez que sem sujeitos sociais não há possibilidade de apropriação das inovações das tecnologias sociais enquanto resultado concreto do saber fazer.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisa as políticas nacionais para tecnologia social, no território brasileiro, frente uma ótica dos espaços que foram sendo oportunizado nas agendas, considerando o modelo de coalizões de defesa. Percebeu-se que o tema ressurge com nova perspectiva agregando conceitos que remetem ao processo da tomada de decisões para superação de problemas identificados, potencializando o conhecimento da população em favor da reaplicação das tecnologias sociais e buscando instrumentos de desenvolvimento sustentável.

Um aspecto importante nessa análise é que os atores que atuaram em favor dessa agenda, buscavam garantir através dos marcos legal o direcionamento que favorecessem seus interesses. Identificou-se que, parte da essência dos fundamentos norteadores das diretrizes para tecnologias sociais, conseguiu ser preservada enquanto políticas públicas.

Deste modo, foi interligada aos princípios da economia solidária e ao capital social a tecnologia social, a qual se opõe a ideia de soluções que venham apenas atender a necessidade



de mercado sob proposta empresarial, o que torna um desafio pela estrutura de investimentos, uma vez que os atores centrais exploram essa capacidade de atuação.

O estudo mostrou que as coalisões encontradas na análise da política TS são formalizadas através dos arranjos institucionais, em que os atores se posicionam ao longo do tempo a favor de seus interesses, traduzindo-os para normativas, assegurando desdobramento do protagonismo da formação das agendas política, científica e social no Brasil.

## REFERÊNCIAS

AGENDA 21 PARA A CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL. Disponível em: <[www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21](http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21)> Acesso em: 27 out/2018.

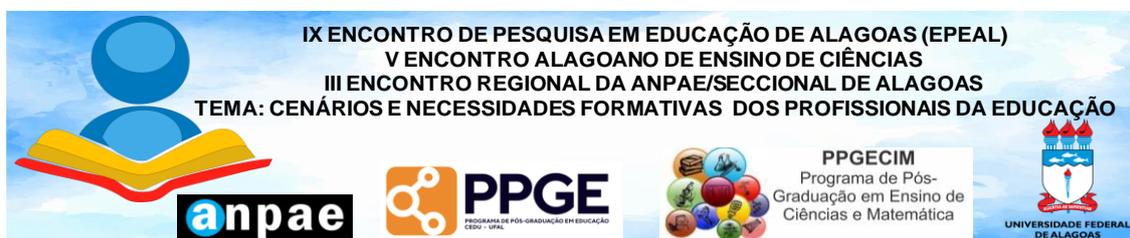
BAGATTOLLI, Carolina. **Política Científica e Tecnológica e Dinâmica Inovativa no Brasil**. Campinas: UNICAMP(dissertação de mestrado). 2008.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil de 1988. Disponível em: <[stf.jus.br/stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf](http://stf.jus.br/stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf)> Arquivo PDF. Acesso em 10 out/2018.

BRASIL. Lei nº 12.873, que instituiu o Programa Cisternas no Brasil. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10)>. Acesso em: 27 out/2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (BRASIL). Relatório sobre Tecnologia Sociais. Brasília. 2018. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/CIENCIA-E-TECNOLOGIA/539215-CAMARA-APROVA-CRIACAO-DA-POLITICA-NACIONAL-DE-TECNOLOGIA-SOCIAL.html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/CIENCIA-E-TECNOLOGIA/539215-CAMARA-APROVA-CRIACAO-DA-POLITICA-NACIONAL-DE-TECNOLOGIA-SOCIAL.html)>. Acesso em: 29 out/2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (BRASIL). PL 3449/2008. Disponível em: <[www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=395971](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=395971)>. Acesso em: 05 out/2018.



CÂMARA DOS DEPUTADOS (BRASIL). PL 3329/2015. Disponível em: <[www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=395971](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=395971)>. Acesso em: 05 out/2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (BRASIL). PL 111/2011, que "Institui a Política Nacional de Tecnologia Social". Disponível em: <[www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=395971](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=395971)>. Acesso em: 05 out/2018.

CAVALCANTI, M.; SOARES SOBRINHO, J. L. **Participação social na política nacional de medicamentos brasileira: a análise a partir do modelo de coalizão de defesa.** >>Atas CIAIQ2017 >>Investigação Qualitativa em Saúde//Investigación Cualitativa en Salud//Volume 2. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/download/1492/1455/>. Acesso em: 10 set/2018.

FERRI, Mário Guimarães & MOTOYAMA, Shozo. **História das ciências no Brasil.** São Paulo, EPU/Edusp, 1979.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. (BRASIL). Projetos de Tecnologias Sociais. Disponível em: <<https://www.bb.com.br/pbb/sustentabilidade/fundacao-banco-do-brasil#/>>. Acesso em: 20 out/2018.

MATUS, Carlos. **Política, planificação e governo.** Brasília: IPEA, 1996.

PLATAFORMA AGENDA 2030. Estudo da Agenda. Disponível em: <[www.agenda2030.org.br](http://www.agenda2030.org.br)>. Acesso em: 27 out/2018.

VICENTE, V. M. B.; CALMON, P. C. D. P. **A Análise de Políticas Públicas na Perspectiva do Modelo de Coalizões de Defesa.** XXXV Encontro da ANPAD. 15 páginas. Rio de Janeiro/RJ, 2011. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APB2163.pdf>>. Acesso em: 15 set/2018.